



Câmara dos Deputados

Liderança da Bancada do PT

Assessoria Técnica

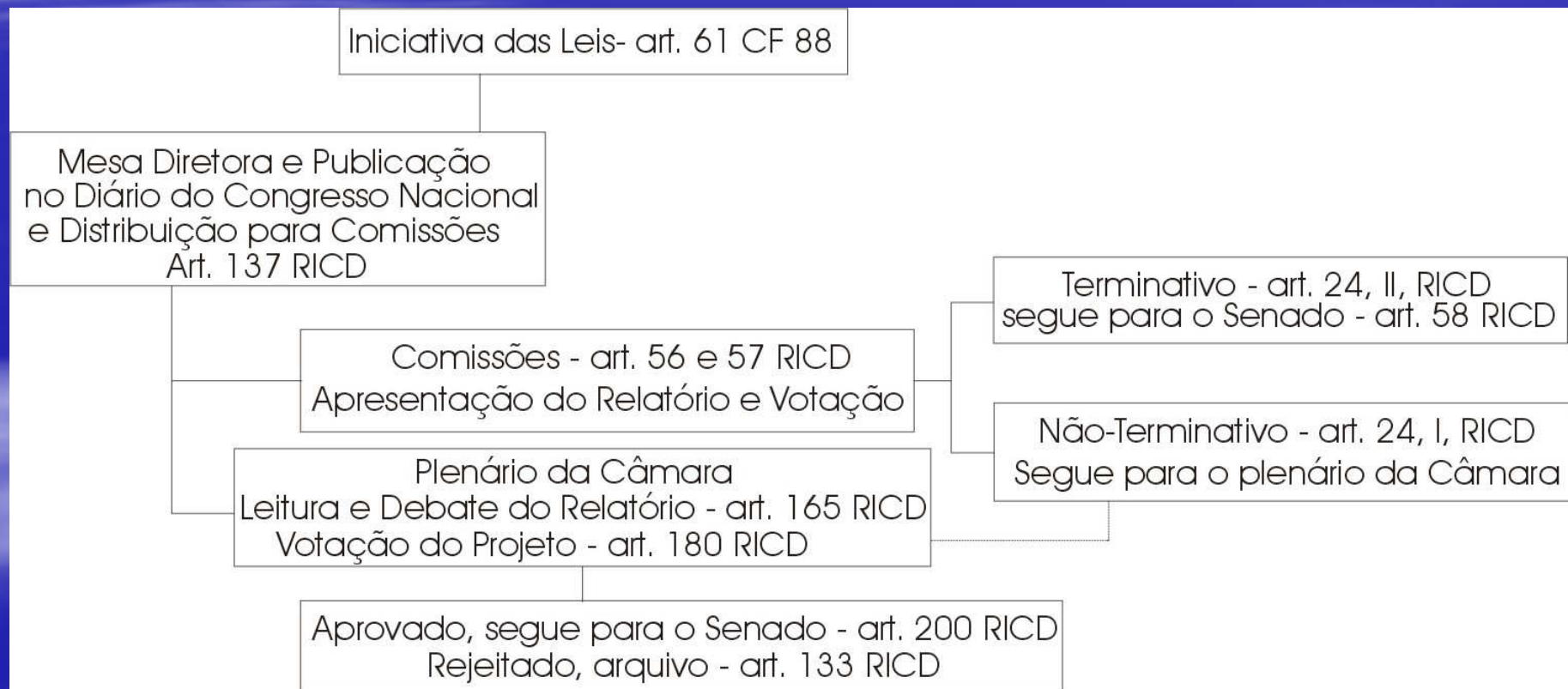
Titan de Lima

XXII Reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

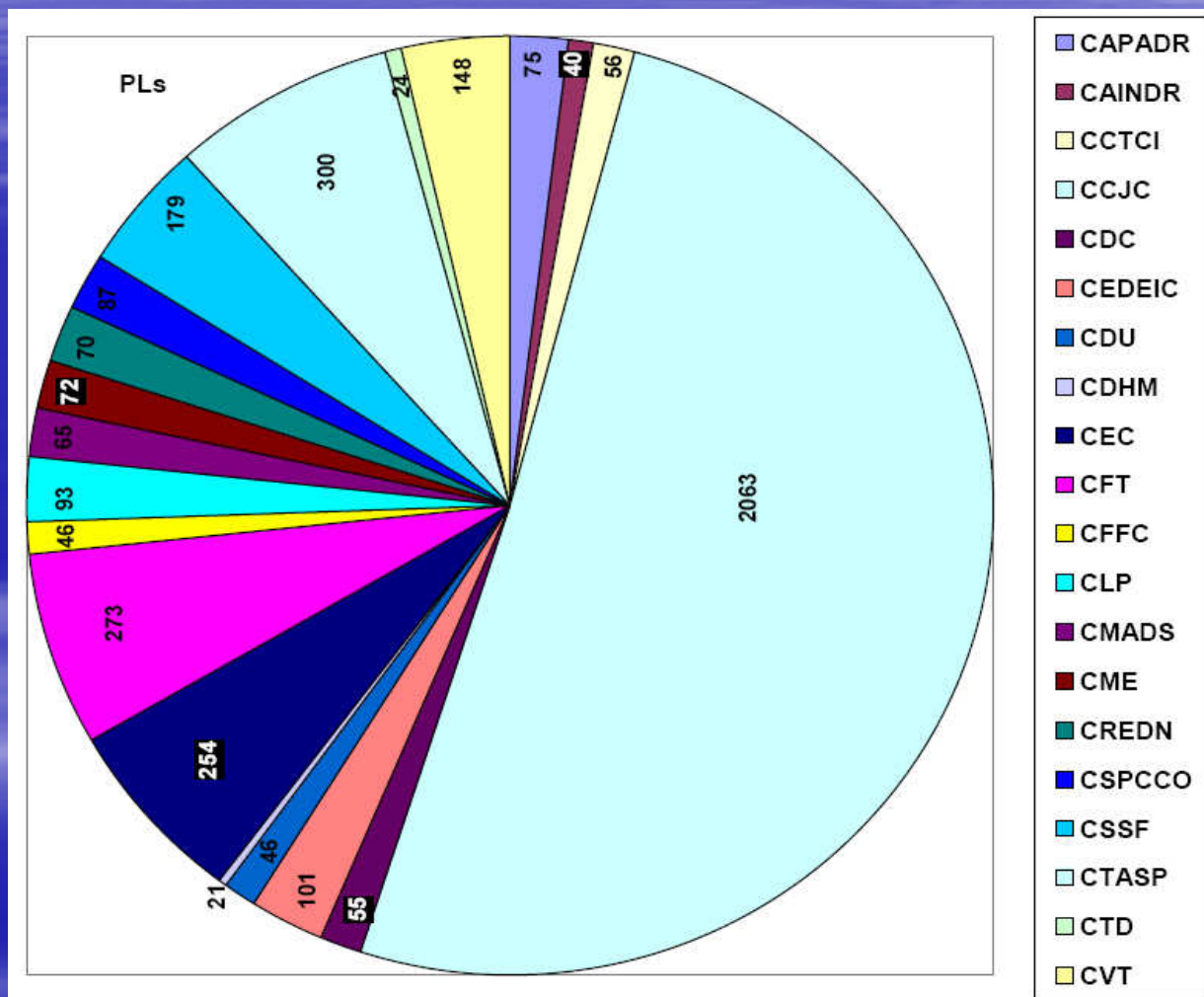
"A tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 1.181/03, do Sr. Leonardo Monteiro, & aplicação do futuro diploma Legal na Construção, Manutenção e Fiscalização de Barragens".

28 de outubro de 2009, Brasília-DF

Fluxo do Processo legislativo brasileiro (Bicameral)



Produção Legislativa nas Comissões da Câmara dos Deputados em 2008.



Segurança de Barragens: Competência Federal para Legislar sobre o assunto

A competência legislativa é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, de acordo com a CF 1988:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

“Norma geral não é norma vazia, ela possui conteúdo de comando e controle, pode-se dizer que é o “ piso mínimo restritivo legal”.

Hierarquia das normas legais no Brasil

- Conforme o que dispõe o artigo 59, da C.F., de 1988, combinado com os ensinamentos de Kelsen e Nunes, podemos vislumbrar a hierarquia no ordenamento jurídico nacional na ilustração abaixo:



O Princípio da Prevenção & Princípio da Precaução na CF 1988

Não se pode confundir prevenção com precaução.

- A prevenção é obtida através de políticas de educação ambiental e de instrumentos, de comando e controle, previstos da CF 1988 no seu artigo 225 § 1º incisos IV e V e § 3º. Sendo o principal dispositivo o que determina que: “para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação ambiental será exigida Estudo Prévio de Impacto Ambiental”.
- A precaução determina que na ausência de certeza científica absoluta deve-se cessar a atividade. Este princípio foi adotado após a ECO 92. No nosso ordenamento jurídico consta no inciso VII do § 1º da artigo 225. Este dispositivo veda as práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna ou flora, provoque a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Com efeito podemos afirmar que o PL 1.181 de 2003 está em consonância com o Princípio da Prevenção

Despacho Inicial do PL 1.181 de 2003

Despacho Inicial:

Às Comissões de Minas e Energia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II (Novo despacho)

Parecer da CCJC:

25/6/2008 **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**
Parecer do Relator, Dep. João Magalhães (PMDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos Substitutos da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com subemendas.

Alcance da futura lei

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I - altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a quinze metros;

II - capacidade total do reservatório maior ou igual a três milhões de metros cúbicos;

III - reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;

IV - categoria de dano potencial associado, médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 6º.

Art. 21. A Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art.4º

XIX- organizar, implantar e gerir o SNISB;

Art. 13. Fica instituído o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB para registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional.

Parágrafo único. O SNISB compreenderá um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de suas informações, devendo contemplar barragens em construção, em operação e desativadas.

Art. 20. A Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

XI - zelar pela implementação da Política Nacional sobre Segurança de Barragens - PNSB;

XII - estabelecer diretrizes para implementação da Política Nacional sobre Segurança de Barragens - PNSB, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB;

XIII - apreciar o relatório de segurança de barragens, fazendo, se necessário, recomendações para a melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional. "(NR)

Das Obrigações

Art. 16. O órgão fiscalizador, no âmbito de suas atribuições legais, fica obrigado a:

I - manter cadastro das barragens, com identificação dos empreendedores, sob sua jurisdição para fins de incorporação ao SNISB;

II - exigir do empreendedor a anotação de responsabilidade técnica por profissional habilitado pelo Sistema Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA/Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA, dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios citados nesta Lei;

III - exigir do empreendedor o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança;

IV - articular-se com outros órgãos envolvidos com a implantação e a operação de barragens no âmbito da bacia hidrográfica.

V - exigir do empreendedor o cadastramento e a atualização das informações relativas à barragem no SNISB.

§ 1º O órgão fiscalizador deverá informar imediatamente à ANA e ao Sistema Nacional de Defesa Civil sobre qualquer não-conformidade que implique risco imediato à segurança ou acidente ocorrido nas barragens sob sua jurisdição.

§ 2º O órgão fiscalizador deverá implantar o cadastro das barragens a que alude o inciso I no prazo máximo de dois anos, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 17. O empreendedor da barragem obriga-se a:

I - prover recursos necessários à garantia da segurança da barragem;

II - providenciar, para novos empreendimentos, a elaboração do projeto final como construído;

III - organizar e manter em bom estado de conservação as informações e documentação referente ao projeto, construção, operação, manutenção, segurança e, quando couber, à desativação da barragem;

IV - informar ao respectivo órgão fiscalizador qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;

V - manter serviço especializado em segurança de barragem, conforme estabelecido no plano de segurança;

VI - permitir o acesso irrestrito do órgão fiscalizador e dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil ao local da barragem e à sua documentação de segurança;

Das Obrigações

VII - providenciar a elaboração e atualização do Plano de Segurança da Barragem, observadas as recomendações das inspeções e revisões periódicas de segurança;

VIII - Realizar as inspeções de segurança previstas no art. 9º desta Lei;

IX - Elaborar as revisões periódicas de segurança;

X - Elaborar o PAE, quando exigido;

XI - manter registros dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência em volume armazenado, bem como das características químicas e físicas do fluido armazenado, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador;

XII - manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, conforme estabelecido pelo órgão fiscalizador;

XIII - cadastrar e manter atualizadas as informações relativas à barragem no SNISB.

Parágrafo único. Para reservatórios de aproveitamento hidrelétrico, a alteração de que trata o inciso IV também deverá ser informada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Dos Planos

Preventivo

Art. 8º O Plano de Segurança da Barragem deve compreender, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do empreendedor;

II - dados técnicos referentes à implantação do empreendimento, inclusive, no caso de empreendimentos construídos após a promulgação desta lei, do projeto como construído, bem como aqueles necessários para a operação e manutenção da barragem;

III - estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança de barragens;

IV - manuais de procedimentos dos roteiros de inspeções de segurança, de monitoramento e relatórios de segurança de barragens;

V - resultados das inspeções de segurança;

VI - revisões periódicas de segurança;

VII - regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem;

VIII - indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e operação da barragem;

IX - Plano de Ação Emergencial - PAE, quando exigido.

§1º A periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento dos planos de segurança deverão ser estabelecidos pelo órgão fiscalizador.

§2º As exigências indicadas nas inspeções periódicas de segurança da barragem deverão ser contempladas nas atualizações do Plano de Segurança.

Dos Planos

Mitigatório

Art. 12 O PAE estabelecerá as ações a serem executadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de emergência, bem como identificará os agentes a serem notificados dessa ocorrência, devendo contemplar pelo menos:

I - identificação e análise das possíveis situações de emergência;

II - procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura da barragem;

III - procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência, com indicação do responsável pela ação;

IV - estratégia e meio de divulgação e alerta para as comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência.

Parágrafo único. O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

Da Competência de Fiscalizar

Art. 5º A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos Órgãos Ambientais integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente):

I - à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observada a dominialidade do corpo hídrico, quando o objetivo for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico;

II - à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica;

III - à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos;

IV - à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais.

Art. 11. O órgão fiscalizador poderá determinar a elaboração de Plano de Ações Emergenciais - PAE em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem, devendo exigí-lo sempre para a barragem classificada como de dano potencial associado alto.

Garantia da Participação da Sociedade na elaboração dos planos previstos

Art. 4º São fundamentos da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB:

II – a população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergenciais;

IV – A promoção de mecanismos de participação e controle social;

V – a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais.

Art.12..... (conteúdo mínimo do PAE)

Parágrafo único. O PAE deve estar disponível no empreendimento e nas prefeituras envolvidas, bem como ser encaminhado às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

Art. 14. São princípios básicos para o funcionamento do SNISB:

III - acesso aos dados e informações garantido a toda a sociedade.

Garantia da Participação da Sociedade na elaboração dos Planos previstos

Art. 15. A PNSB deverá estabelecer programa de educação e de comunicação sobre segurança de barragem com o objetivo de conscientizar a sociedade da importância da segurança de barragens, o qual contemplará as seguintes medidas:

I - apoio e promoção de ações descentralizadas para conscientização e desenvolvimento de conhecimento sobre segurança de barragens;

II - elaboração de material didático;

III - manutenção de sistema de divulgação sobre a segurança das barragens sob sua jurisdição;

IV - promoção de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e associações técnicas relacionadas a engenharia de barragens e áreas afins;

V - disponibilização anual do relatório de segurança de barragens.

DESATIVACAO DAS BARRAGENS

Art. 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas.

§1º A recuperação ou desativação da barragem deverá ser objeto de projeto específico.

§2º Na eventualidade de omissão ou inação do empreendedor, o órgão fiscalizador poderá tomar medidas com vistas à minimização de riscos e danos potenciais associados à segurança da barragem, devendo os custos desta ação serem ressarcido pelo empreendedor

Penalização

Art. 22. O descumprimento dos dispositivos desta Lei sujeita os infratores às penalidades estabelecidas na legislação pertinente.

Quais são?

Em especial as seguintes:

- Ao Poder Público:
- LCA: Artigos 2º, 3º, 66,67;
- Lei da improbidade administrativa, 8.429 de 1992;
- Código Penal: Artigos: 316,317,319,337
- Ao Privado:
- LCA: Artigos 2º, 3º, 4º, 33, 54 V, 60 e 69;
- Lei 6038/81 : Artigos 14 e 15;
- Código Civil: Artigo 1.292;
- Código Penal: Artigos: 13 § 2º, 163, 271, 297, 305, 333.

Vigência da futura Lei

Art. 19. Os empreendedores de barragens enquadradas no art. 2º desta Lei terão prazo de dois anos, contados a partir de sua publicação, para submeterem à provação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e o cronograma para a implantação do Plano de Segurança da Barragem.

Parágrafo único. Após o recebimento do relatório de que trata o caput, os órgãos fiscalizadores terão prazo de até um ano para se pronunciarem.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Titan de Lima

titan.lima@camara.gov.br

Câmara dos Deputados: Praça dos Três Poderes
anexo II, BLP sala 129

Brasília-DF-

CEP 70160-900

(61) 3215-9138